

FORTALEZA E A MÁSCARA VERDE: O CASO DO PARQUE ECOLÓGICO DO COCÓ

FORTALEZA AND THE GREEN MASK: THE COCÓ ECOLOGICAL PARK'S CASE

FORTALEZA Y LA MÁSCARA VERDE: EL CASO DEL PARQUE ECOLÓGICO DEL COCÓ

Diego Silva SALVADOR¹
diegosilvasalvador@gmail.com

Gleison Maia LOPES²
gleisonml88@hotmail.com

RESUMO

O artigo trata sobre a contradição entre o discurso de valorização das áreas verdes da cidade de Fortaleza (CE) proferido pelos empresários e governantes, e as intervenções estatais e em parcerias com o empresariado que avançam sobre os recursos naturais. Pretende-se explicar essa contradição pela estratégia usada para o avanço da especulação imobiliária, ou para *marketing* turístico. Pressupõe-se mudança de paradigma na percepção acerca da questão ambiental, nas três últimas décadas. De uma perspectiva social, na qual o homem via o ambiente como algo fora dele, passou-se a perceber que homem e natureza faziam parte de um mesmo processo de desenvolvimento social. Essa mudança tem interferido na dinâmica das cidades e nas formas de desenvolvimento adotadas pelas sociedades e seus governos. Este texto analisa a inclusão das ações de cunho ambientalista no direcionamento da produção urbana da cidade de Fortaleza, especificamente na região do Parque Ecológico do Cocó, em contraposição a uma noção de desenvolvimento que reproduz a cidade de acordo com uma visão economicista e guiada pelos pressupostos capitalistas, na contramão da mudança de paradigma de percepção da questão ambiental. Os movimentos ambientalistas fazem parte da realidade estudada em suas ações de protestos contra intervenções governamentais e privadas no Parque do Cocó e em seu entorno, exercendo efetiva participação nas discussões sobre o meio ambiente local.

Palavras-chave: Problemática ambiental urbana. Produção da cidade. Movimentos ambientalistas.

ABSTRACT

This article concerns the contradiction between the speech prophesizing the valorization of the green areas made by businessmen and politicians, and the state interventions in cooperation with entrepreneurs that are affecting the local natural resources of the city of Fortaleza (CE). It is intended to justify this contradiction by rather the advance of real estate speculation or the tourism

¹ Geógrafo e membro do Laboratório de Estudos de População – LEPOP, da Universidade Estadual do Ceará-UECE.

² Cientista Social pela Universidade Estadual do Ceará-UECE e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará-UFC.

marketing. It is assumed a shift of paradigms in the perception of the environmental issue in the past three decades. From a social perspective where men and environment were set apart, now it is accepted that men and nature share the same process of social development. This conceptual change has been affecting the urban dynamics and the way development is carried out by society and their states. This text analyzes the inclusion of actions of environmental nature in guiding the urban production in the city of Fortaleza, specifically in the region of the Cocó Ecological Park. It contrasts the notion that development reproduces the city according to the economic view driven by capitalist assumptions, against the paradigm change perception of the environmental issue. The environmental movements are part of the studied reality in their protest actions against state and private interventions in the Cocó Ecological Park and its surroundings, by promoting effective participation in discussions about the local environment.

Keywords: Urban environmental issue. City production. Environmental movements.

RESUMEN

El artículo trata de la contradicción entre el discurso valorativo de las áreas verdes en la ciudad de Fortaleza (CE) utilizado por los empresarios y funcionarios del gobierno y la intervención del Estado en colaboración con la comunidad empresarial para avanzar sobre los recursos naturales. Buscarse explicar dicha contradicción por la excusa de la especulación inmobiliaria o del *marketing* turístico. Por supuesto, ha habido el cambio de paradigma en la percepción acerca de los temas ambientales en las últimas tres décadas. Desde una perspectiva social en la cual el hombre veía su alrededor como algo ajeno a él, ahora el hombre se dio cuenta que la naturaleza y él son parte del mismo proceso de desarrollo social. Este cambio ha afectado a la dinámica de las ciudades y a las formas de desarrollo adoptadas por las empresas y sus gobiernos. Este texto investiga la inclusión de las acciones ambientalistas en la segmentación de la producción urbana de Fortaleza, específicamente en la región del Parque Ecológico Cocó, en comparación con un concepto de desarrollo que representa la ciudad según una visión basada y guiada por los presupuestos capitalistas, a contraposición del cambio de paradigma de la percepción de los problemas ambientales. Los movimientos ambientales son parte de la realidad estudiada en sus acciones de protesta contra el gobierno y las intervenciones privadas en el Parque Ecológico Cocó y sus cercanías, y representan una participación efectiva en las discusiones acerca del medio ambiente local.

Palabras clave: Problemas ambientales urbanos. Producción de la ciudad. Movimientos sociales ambientales.

1. INTRODUÇÃO

Predomina, nos meios empresariais e governamentais, a divulgação da imagem de Fortaleza como cidade exportável, até terras além mar, devido a sua exuberância natural, caracterizada por lindo mar de esmeralda, clima

aprazível e constante, mangues, lagoas e parques. Essa visão é ampliada para o discurso protecionista dos recursos naturais, numa estratégica usada justamente para a apropriação, seja para o avanço da especulação imobiliária, ou para *marketing* turístico. É visto, também, em grandes obras estruturantes do Estado a utilização desse discurso, alavancando empreendimentos e ações governamentais pontuais de proteção ambiental.

É pressuposto teórico dessa produção que houve mudança de paradigma na percepção acerca da questão ambiental, nas três últimas décadas. De uma perspectiva social na qual o homem via o ambiente como algo fora dele, e que por isso poderia intervir na natureza, ilimitadamente, passou-se a perceber que homem e natureza faziam parte de um mesmo processo de desenvolvimento social, portanto, ao modificar o meio natural o homem estaria modificando suas condições de sobrevivência. Essa mudança, resultado de um processo histórico de lutas e de novas concepções sobre o planeta, tem interferido na dinâmica das cidades e nas formas de desenvolvimento adotadas pelas sociedades e seus governos.

Este texto busca analisar a inclusão das ações de cunho ambientalista no direcionamento da produção urbana da cidade de Fortaleza, especificamente na região do Parque Ecológico do Cocó, em contraposição a uma noção de desenvolvimento que reproduz a cidade de acordo com uma visão economicista e guiada pelos pressupostos capitalistas, na contramão da mudança de paradigma de percepção da questão ambiental. Buscar-se-á entender as tensões entre os discursos políticos a favor da ecologia e as práticas estatais que contradizem esse discurso, quanto a anexação da questão ambiental nas proposições de intervenção estatal e de especulação imobiliária na cidade de Fortaleza, levando-se em conta o contexto histórico, econômico e político de criação do espaço urbano da cidade, focando nas ações e políticas dirigidas ao referido Parque.

Destarte, uma análise do processo de crescimento urbano da cidade e dos atores envolvidos nesse processo se faz importante, pois pode fornecer as ferramentas necessárias ao entendimento do atual processo de formação do espaço de Fortaleza. Por isso, essa pesquisa voltar-se-á aos impactos dessa construção urbana no Parque do Cocó e como este se configura enquanto

campo (BOURDIEU, 2009) de ações inseridas numa figuração (ELIAS, 1999) de interesses (des)articulados.

Deve-se fazer uma ressalva acerca do tipo de análise e caminhos escolhidos pelos pesquisadores na escrita desse trabalho. Guatari (1985) menciona que a homogeneização dos serviços e equipamentos urbanos cria uma estrutura de *alisamento territorial*, onde as capacidades contestatórias dos indivíduos e grupos sociais minoritários tendem a ser dificultadas pela homogeneização espacial e política.

Desse modo, dá-se importância a cidade e seu território enquanto espaço de atuação política e de difícil contestação social, levando em conta a produção da cidade enquanto forma de dominação social, política e econômica que busca normatizar a cidade enquanto território acabado, mas que encontra, nas ações individuais e de grupos minoritários, resistências sob formas de reinvenção diária do espaço urbano.

Buscaremos, através da análise sobre a criação do espaço urbano, entender os agentes e ações sociais envolvidas na produção da cidade e interpretar as disputas sociais em torno das definições e rumos sobre a cidade. Levaremos em conta como todo esse contexto está atrelado a uma concepção de preservação do meio ambiente, enquanto discurso e não como prática governamental, especialmente no Parque Ecológico do Cocó.

A Expansão Urbana de Fortaleza: interesses, convergências e processos

A população de Fortaleza se estabeleceu, inicialmente, nos arredores do centro histórico, expandindo para a área oeste da cidade, com a implantação de indústrias e, conseqüentemente, de bairros habitacionais populares para a classe trabalhadora. Com o aumento da classe operária, a porção leste da capital despertou o interesse das classes empregadoras como possibilidade de área particular para suas moradias e também como novo vetor de crescimento urbano estimulado por infraestruturas do Estado, como o Porto do Mucuripe em 1938, que abre caminho a leste ultrapassando os areais, rios e dunas, antes barreiras naturais (COSTA, 1988).

Fortaleza desde o início do século XX teve sua população crescendo expressivamente (Tabela 01), mostrou-se como receptáculo de migrações,

destacando-se como centro econômico e político do Estado do Ceará. Na segunda metade do século XX, um aumento na densidade populacional de forma extraordinária, onde, nas décadas de 1950 a 1970, a população da capital mais que triplicou, pois passou de 270.169 para 857.980 habitantes, chegando a quase 2.500.000 habitantes na primeira década do século XXI (SOUZA, 2009).

Tabela 01 - Evolução populacional de Fortaleza e Ceará (1900/ 2009).

ANO	FORTALEZA	CEARÁ	% FORTALEZA/CEARÁ
1900	48.000	-	-
1920	78.000	-	-
1940	180.185	2.091.032	8.62
1950	270.169	2.695.450	10.02
1960	514.818	3.296.366	15.62
1970	857.980	4.361.603	19.67
1980	1.307.611	5.288.253	24.73
1991	1.768.638	6.366.647	27.78
1996	1.965.513	6.809.794	28.86
2000	2.141.402	7.430.661	28.82
2001	*2183612	*7.547.620	28.94
2002	*2219837	*7.654.535	29.06
2003	*2256233	*7.758.441	29.18
2004	*2332657	*7.976.563	29.30
2005	*2374944	*8.097.276	29.42
2006	*2416920	*8.217.085	29.28
2007	2.431.415	8.185.286	29.7
2008	2.473.614	8.450.527	29.27
2009	2.505.552	-	-

Fonte: IBGE, IPECE e Prefeitura Municipal de Fortaleza – SEPLA, 2009. *Estimativas IPECE.

O crescimento econômico de Fortaleza, após a década de 1970, deslocou-se para a parte leste da cidade, ocupando com comércio e habitações o setor nordeste e, atualmente, avança para o sudeste da cidade. Essa expansão urbana é típica do desenvolvimento capitalista com intervenções urbanas infraestruturais para beneficiar os empreendedores e elevar a cidade aos padrões da modernização globalizada.

Observando a evolução populacional do bairro Cocó, é dada noção de como o aporte de infraestruturas do Estado e de empreendimentos privados subsidiam capacidade de ocupação. Desde as vias, para facilitar os transportes, até existência de exuberante paisagem do contraditório Parque do Cocó, utilizada para especulação imobiliária. Os Censos do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), mostram o crescimento no número de habitantes recenseados. No ano de 1991 o bairro possuía, 9.338 habitantes, passando para 13.952 em 2000 e chegando no último Censo de 2010 a 20.492 habitantes. Essa realidade de aumento populacional é visto nos bairros circunvizinhos ao Parque, é nítido também o crescimento econômico, guiado por grandes infraestruturas (PMF, 2009).

Obras do Governo do Ceará e da Prefeitura de Fortaleza foram ou estão sendo tocadas por grandes construtoras que possuem intimas relações, visto as doações de campanha para os partidos. No bairro Cocó ou nos bairros no entorno do Parque, são observadas a Galvão Engenharia, por exemplo, a frente dos viadutos das avenidas Engenheiro Santana Júnior e Antônio Sales, o Centro de Eventos. A OAS, em consórcio com a Marquise, vai construir a ponte estaiada sobre o rio Cocó (O POVO, 2014).

Já na parte imobiliária, apenas a imobiliária Lopes Imóveis, em consulta em sua página da internet, possui 52 imóveis no bairro Cocó, entre, lançamentos, prontos, em construção ou na planta, prédios de apartamentos e comerciais. A construtora Dias de Sousa é uma das grandes presenças no bairro e no entorno, com seu empreendimento *Parc De Liberté*. Outros empreendimentos utilizam a alusão da qualidade ambiental proporcionada pelo Parque do Cocó, para alavancar seus negócios, possuem nomes como, Botânico Condomínio Parque, Brisas do Parque Residence e Helbor Reserva da Praça³.

Essa expansão, a leste da cidade, além de promover a construção de moradias voltou-se aos centros financeiros, pontos de consumo e de lazer (PONTE, 2001).

Esse dinamismo econômico faz, também, reserva de terras, caracterizadas por áreas naturais, possuidoras de beleza paisagística, podendo ser utilizadas futuramente pelos agentes privados, produtores da cidade, para a implantação de empreendimentos imobiliários, aproveitando a qualidade de vida que a natureza exuberante proporciona aos que dela se aproximam,

³ Informações encontradas no endereço eletrônico:

<http://www.lopes.com.br/busca/estado=CE/palavrasChave=coc%C3%B3/negocio=venda>. Acessado em 28/11/2014.

motivos de propaganda utilizada para a produção de espaços e para especulação imobiliária.

O Parque do Cocó, localizado no bairro de mesmo nome, é um exemplo dessa dinâmica urbana que ocorre na porção leste da cidade. O Parque está na parte nordeste da cidade, em área ainda de expansão habitacional das classes médias e ricas⁴ (FUCK JÚNIOR, 2003), cujas áreas ambientalmente instáveis sofrem constantemente pressões de especuladores imobiliários e do próprio planejamento disciplinador governamental.

O avanço desses empreendimentos industriais e comerciais na cidade retrata como a mobilidade do capital se espalha acima dos interesses ambientalistas, sobre os assentamentos precários das classes assalariadas ou de quaisquer outros obstáculos ao progresso econômico.

Daí, os moradores dessa cidade conviverem com as contradições das intervenções governamentais que esperam inserir Fortaleza no mercado capitalista imobiliário e turístico, ao mesmo tempo, que pretende amortecer o nível de consciência ambientalista e protecionista existente nessa cidade.

Desse modo, pensar Fortaleza é pensar a cidade como objetivada e projetada de acordo com interesses particulares interventores na produção e distribuição dos grupos sociais no espaço citadino, onde percebemos uma confluência e interligação (SANTOS, 2009) de diretrizes políticas, que criam espaços de desenvolvimento e exclusão dentro da cidade. Essas relações socioespaciais constroem o cotidiano da cidade, como menciona Agier (2010) que o *fazer cidade* se dá nas pequenas esferas da vida cidadina.

A distribuição dos grupos sociais na cidade é desigual porque os agentes produtores, empresários e governo, influenciam na regulação da apropriação privada, que restringe a plenitude da cidade para parcelas da sociedade, limitando os processos socioespaciais em favor do lucro. Isso não permite que a maioria da população tenha direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), acesso a cidade enquanto obra, criativa e que corresponda a construção social. Isto é, além do direito formal, que supra as necessidades do homem enquanto

⁴ Em matéria publicada no Diário do Nordeste, do dia 18 de Outubro de 2013, o Bairro Cocó é o terceiro bairro com o preço do metro quadrado mais caro da cidade, tendo o valor médio de R\$ 5.442. Ainda segundo o estudo o Bairro Cocó, com aumento de 2, 58%, foi o bairro com maior aumento em relação aos demais bairros da cidade. Link da reportagem: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/preco-medio-do-imovel-chega-a-r-916-mil-na-capital-1.474832>.

ser humano, que necessita de produtos e bens materiais consumíveis, o direito à cidade implica em ter direito à informação, às práticas e simbolismos, ao poder e às atividades lúdicas.

O Parque Ecológico do Cocó, em particular, e a questão ambiental em Fortaleza, em geral, estão imbricados numa rede histórica de relações que demonstram sua função dentro do processo de especulação da cidade reflexo das relações de poder estabelecidas.

Entretanto, uma ressalva se faz necessária, pois não se quer demonstrar nessa análise que o planejamento urbano engessa as formas de atuação e que dita as maneiras de apropriação da cidade, mas sim que ele direciona uma forma de crescimento das cidades de acordo com interesses específicos. Todavia, como menciona Certeau (1994) existem variadas táticas cotidianas de subversão do espaço à revelia das diretrizes pensadas pelos gestores urbanos. Meyer (1978) reforça essa ideia ao dizer que há uma apropriação da cidade pelos seus habitantes, ao transformarem “algo externo em bem pessoal” (p. 152), de modo sistemático e de acordo com princípios, mas isso nem sempre é aparente e perceptível na visível desordem urbana.

A desigual ocupação urbana entre classes assalariadas e empregadoras não divide a cidade entre lado oeste pobre e lado leste rico, pois se concorda com Araújo e Carleial (2003) quando dizem que se pode encontrar polos de riqueza nas zonas mais pobres da cidade e zonas de pobreza na parte mais rica, ou seja, pode-se perceber a diversidade do movimento do capital em Fortaleza, onde as contradições são visíveis.

Da década de 1970 até 2000, Fortaleza sofreu profundas mudanças, ao ponto da expansão capitalista (relação desigual e combinada entre capital e trabalho) ter capilaridade por todo o território fortalezense. Segmentos de classes, ricos e pobres, passaram a conviver desigualmente na Capital, do ponto de vista do acesso aos bens e serviços urbanos, formando o tecido urbano um lugar das convivências desiguais intrabairros (ARAÚJO, CARLEIAL, 2003).

Entretanto, a ordem geral da expansão capitalista na cidade dá lugar a certas especificidades, ocorrendo que determinado ponto de Fortaleza foi e é alvo de investimentos que fizeram e fazem com que este se sobressaía em relação aos demais pontos da cidade. Essas intervenções entram em

contradição com os espaços construídos, gerando tensões e conflitos. O que demonstra que a produção do espaço da cidade se dá de acordo com interesses econômicos de grupos apoiados por políticas públicas, mas existem, também, produções que fogem dessa lógica e expressam estratégias habitacionais alternativas ao padrão vigente, embora muitas vezes estejam aquém do aceitável determinado pelos códigos urbanísticos.

Por exemplo, Dantas (2009) menciona que:

Uma ação conjunta entre Governo e empregadores incorporou à cidade o bairro Água Fria, da zona leste, através de doações pelos Grupos Edson Queiroz e Patriolino Ribeiro, de terrenos vizinhos para a construção da Imprensa Oficial e do Centro de Convenções. Estes equipamentos foram instalados nas proximidades do mesmo Grupo Edson Queiroz, que deu início a suas atividades em 1973. A instalação desses serviços fez com que o governo, usando o dinheiro do contribuinte, levasse água, telefone e asfalto até lá, atravessando áreas ainda não habitadas pelos latifundiários urbanos (DANTAS, 2009, p.160).

Essas ações parceiras entre governo e empresários desenvolveram economicamente uma região específica da cidade, região que passaria a ser, alguns anos mais tarde, uma das maiores áreas de especulação imobiliária da cidade, no entorno ao bairro Edson Queiroz.

Esse tipo de intervenção econômica na cidade impõe um desequilíbrio intrabairros que marca a ação estatal local, ficando evidente na indústria da construção civil e na engenharia urbana a utilização dos avanços científicos e técnicos que a sociedade alcançou em benefício de parte da população.

Os impactos desse desenvolvimento expansionista ocorrem sobre as dinâmicas ambientais reproduzindo o que já ocorrera no lado oeste da cidade, por exemplo, quando aquela área geográfica foi exposta a degradação e suas zonas verdes e seus recursos naturais ambientalmente fragilizados, como o complexo de dunas e mangues da Barra do Ceará, deram espaço para bairros, vias de acesso e indústrias.

Outro empreendimento, segundo Santos (2011) dinamizou a porção leste da cidade, o Shopping Center Iguatemi (1982). Esse Shopping foi implantado na área vizinha ao Parque do Cocó, terreno anteriormente ocupado por uma importante salina. A instalação desse empreendimento comercial privado, com o consentimento do Estado, ajuda a entender como se dá a produção do espaço urbano. Essa parceria beneficiou o setor imobiliário, a

construção civil e os serviços ligados ao consumo que hoje passam a exercer dominante papel na estruturação econômica e mercadológica daquele espaço da cidade, onde o empresariado entrou com o capital e o Estado com o fornecimento de infraestrutura adequada para essas ações lucrativas.

Evidentemente que esse tipo de parceria diminuiu os fatores de risco do empreendimento. Ferreira *apud* Rolnik (2009) fala sobre esse assunto:

A atividade imobiliária, assim como qualquer outra atividade capitalista, incorpora um forte componente de risco. Isso quer dizer que os empreendedores produzem a cidade adiantando-se, se possível, dentro do (seguro) vetor geral de deslocamento das classes dominantes. O fator de risco está no fato de que, evidentemente, nunca se sabe se a demanda acompanhará exatamente a oferta produzida (...) Uma bem montada coalizão público-privada que canalize recursos públicos para a modernização prévia de determinadas “frentes imobiliárias” pode diminuir substancialmente ou até mesmo eliminar estes riscos. Assim, a “máquina de crescimento urbano” aparece a partir do momento em que a intensa movimentação empresarial em cada uma das “frentes” se faz acompanhar de todo um aparato normativo e governamental que venha consolidar estas “apostas” (FERREIRA *apud* ROLNIK, 2009, p. 221).

A porção leste da cidade de Fortaleza continua sendo priorizada pelos investimentos público e privado mudando, assim, drasticamente seu aspecto e impactando de maneira objetiva no desenvolvimento daquela região (Santos, 2010), (Figura 01).

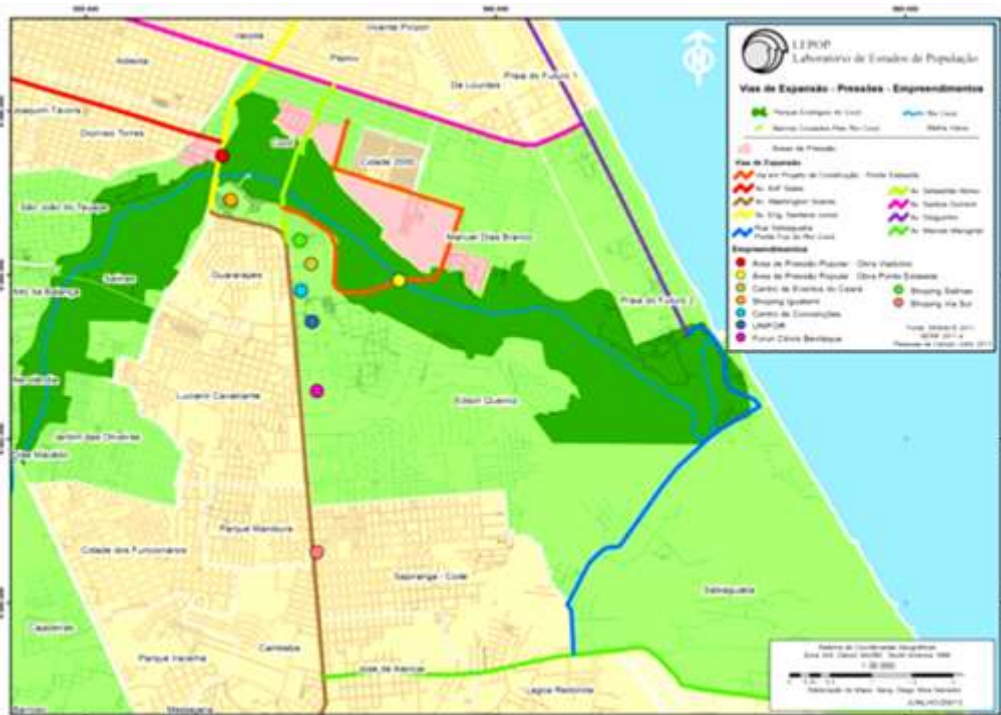


Figura 01 - Vias de expansão e empreendimentos na porção leste de Fortaleza – 2013. (Fonte: Pesquisa direta e documental (SEMACE, 2011; SEINF, 2011), julho de 2013).

De diferentes matizes os empreendimentos privados realizados nessa área de expansão capitalista em parceria com intervenções públicas situam-se ao longo de importantes vias de acesso (Avenida Washington Soares, Avenida Santana Júnior e Avenida Sebastião Abreu), e diversificaram em equipamentos educacionais (rede de colégios e a Universidade de Fortaleza), centros comerciais (shoppings Iguatemi, Salinas e Via Sul) e centros de multiusos (Centro de Convenções e Centro de Eventos), para citar alguns.

Outras intervenções para essa área fazem parte de projetos governamentais em curso. Visando facilitar a mobilidade dos transportes públicos e privados e permitir maior acesso a esses equipamentos e serviços, essas novas intervenções públicas e privadas estão sendo questionadas pelos ambientalistas por causa dos impactos ambientais nessa porção leste da cidade de Fortaleza.

Não obstante, o lado oeste tem sido objeto de poucas preocupações de ambientalistas, parlamentares e da mídia. Encontramos exceções nesse tipo de descaso em trabalhos produzidos na Academia que percebem a cidade como um todo articulado e importante para ser estudado e pesquisado, para se entender e interpretar a cidade.

O Parque Ecológico do Cocó e seu entorno estão nessa área da cidade que desperta o interesse de variados segmentos sociais que comungam com esse novo paradigma ambiental⁵, que inclui na pauta de discussões e formulações sobre o crescimento da cidade a questão da proteção e preservação das áreas verdes da cidade como um bem coletivo.

Há três décadas, a questão ambiental em Fortaleza, passou a ocupar grande espaço de luta e contestação dentro do cenário de lutas na cidade (NOTTINGHAM, 2006). Esse longo e intenso processo de lutas em defesa do meio ambiente na cidade de Fortaleza foi protagonizado por mobilizações sociais, encabeçadas pelos movimentos sociais, associações e partidos

⁵ Vamos tomar essa mudança de concepção como produto de lutas históricas que colocaram uma nova forma da sociedade de se relacionar com o meio ambiente. Entretanto, tendo em vista fugir da ideia de homogeneidade social, tentaremos analisar como essa mudança de percepção social acerca da natureza foi recebida e ressignificada pelos mais variados grupos sociais, onde o capital, em sua essência transformista Marx (1971), reintroduziu essa concepção, transformando o “verde” em mercadoria ecologicamente “correta” para o consumo. Desse modo, essa mudança de paradigma, como defendida por Capra (2006) e Gonçalves (2006) será entendida como um processo de conscientização social acerca da problemática ambiental, mas que se insere diferentemente nos mais variados campos sociais.

políticos tais como: Sociedade Cearense de Meio Ambiente - Socema, SOS Cocó, Instituto dos Arquitetos Brasileiros - IAB\CE, Associação dos Geógrafos do Brasil - AGB\CE, Associação Profissional dos Sociólogos do estado do Ceará - APS\CE e Partido Verde - PV.

Em resposta a esses movimentos sociais em defesa do meio ambiente, o governo municipal do Prefeito Lúcio Alcântara inaugurou, em 15 de novembro de 1980, o Parque Adahil Barreto, porção que compõe a área do atual Parque Ecológico do Cocó. Essa luta continuou e obteve novo resultado satisfatório quando o Parque Ecológico do Cocó foi demarcado em outubro de 1989, pelo Decreto Estadual Nº 20.253. O referido decreto declarava a desapropriação das áreas delimitadas para a implantação do Parque como de interesse social.

Essa demarcação não criou institucional e legalmente o Parque, por isso, esse espaço juridicamente ainda não existe e, portanto, não pode receber e se inserir nas formas de proteção ambiental vigentes, ficando assim desprotegido das pressões do capital imobiliário e financeiro predominantes na cidade.

Destarte, o Parque Ecológico do Cocó passa a ocupar uma posição particular dentro do espaço urbano de Fortaleza: espaço de disputas sociais em torno dos seus usos legítimos e ilegítimos, onde visões diferenciadas de desenvolvimento passam a conflitar em torno da definição dos rumos dessa área.

O Meio Ambiente em Questão

Esses movimentos de defesa ambiental e de propostas de novas formas de desenvolvimento são resultado e produto do que Possamai (2009) e Capra (2006) chamam *mudança de paradigma* em relação ao meio ambiente. Esses movimentos ambientalistas demonstram uma prática alternativa de lidar com os espaços preservados da especulação imobiliária e de conviver com a natureza. Trata-se de atitudes e de maneiras de conceber as possibilidades de desenvolvimento e seus impactos sobre o meio ambiente, uma alteração na forma predatória com que a natureza e o meio ambiente eram tratados.

Passou-se de uma visão sobre a natureza (leia-se o meio ambiente) como reservatório infinito onde o homem poderia satisfazer suas necessidades

de maneira objetiva, pressupondo a “idéia de homem não-natural e fora da natureza”, cristalizada “com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo” (GONÇALVES, 2006, p.35), para uma proposta de desenvolvimento sustentável visto como uma relação equilibrada entre natureza e sociedade, paradigma referendado pela conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, mais conhecida como Conferência de Estocolmo (1972).

Essa mudança resultado de embates, entre os agentes envolvidos no processo de produção e reprodução da sociedade, colocava em cheque a ordem até então vigente (WALDMAM, 2006). Preservar o meio ambiente passou a ser um discurso social recorrente, com característica de defesa de direitos sociais, incluindo o meio ambiente no nível de outros direitos como educação, saúde, segurança etc. Esse discurso conscientizou setores da sociedade, ao mesmo tempo em que entrava em conflito com os interesses de grupos econômicos, tecendo a teia da vida urbana (CAPRA, 1999).

A problemática ambiental na cidade, desse modo, e as formas múltiplas de apreensão dessa problemática, estão atreladas às concepções de desenvolvimento e gestão da cidade que ora inserem essa problemática dentro das antigas formulações econômicas capitalistas, seja transformando a questão ambiental em mercadoria, em produto de especulação imobiliária, ora são impactadas por essa mudança, quando tem seus planos de desenvolvimento urbano contestados por movimentos ambientais de defesa do meio ambiente das cidades.

Movimentos sociais serão analisados como movimentos de organização na concepção proposta por Tilly (2010). Movimentos que de tão complexos e diversificados ainda não foram definidos em uma expressão completamente aceita. Movimentos de ação dentro de um conjunto social diante do qual os agentes componentes desses movimentos se posicionam, de maneira variável, e elaboram ações, de tipos diversos de reivindicação, reivindicação aqui não entendida como algo necessariamente contrário à ordem legitimamente estabelecida, representada pelo Estado ou forma de governo. Desse modo, a heterogeneidade do movimento de ocupação do parque, com seus sujeitos e grupos diferenciados em sua composição, ao invés de dificultar a análise desse

movimento, facilita, pois fornece ferramentas de entendimento das relações sociais estabelecidas na cidade por esses grupos envolvidos nesse contexto.

Em Fortaleza o Projeto da Ponte Estaiada (Figura 02) é um exemplo dessa disputa entre as intervenções públicas e seus discursos desenvolvimentistas, por um lado, e os movimentos ambientalistas e suas concepções protecionistas, por outro.



Figura 02 - Projeto da Ponte Estaiada (Governo do Ceará, 2013). (Fonte: <http://www.seinfra.ce.gov.br>, 2013).

A Ponte Estaiada é um projeto de engenharia urbana proposto pelo governo do estado do Ceará, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, com o objetivo de dotar a cidade de mais uma via de mobilidade urbana, a ser localizada em áreas verdes do entorno do Parque do Cocó. Trata-se de uma obra estruturante que facilitaria o escoamento de transportes públicos e particulares, segundo o discurso governamental, numa área de grande fluxo diário, com graves problemas de engarrafamento de veículos.

Segundo a Secretaria de Infraestrutura do estado – Seinfra (2013) a referida obra custaria em torno de 298,6 milhões de reais, a preços de 2013, e seria fruto de uma parceria público-privada, cabendo à empresa vencedora da licitação de construção da ponte, administrá-la e conservá-la por um prazo de oito anos.

Além desse Projeto há outra intervenção pública em andamento que provocou onda de protestos na cidade que foi o derrube de árvores do Parque do Cocó para o início de obras de engenharia da construção de um viaduto na Avenida Santana Júnior no entroncamento com a Avenida Antônio Sales (Figuras 03 e 04). No momento de escrita desse artigo, o movimento

ambientalista local (Composto por diversos movimentos, grupos e sujeitos⁶) estava acampado há 16 dias dentro do Parque Ecológico do Cocó de modo a impedir a continuidade do desmatamento.



Figura 03 - Acampamento de protesto no Parque Ecológico do Cocó, 2013. (Fonte: Pesquisa direta, Gleison Maia Lopes, 2013).

A presença de movimentos sociais e políticos, nos recentes protestos no Parque, desperta nos pesquisadores a reflexão sobre a objetividade da pesquisa e a necessidade de empreender esforços para distanciar-se de suas subjetividades e posições ideológicas, visando apreender a realidade social em suas pluralidades de interesses e de sociabilidades (WEBER, 1991; BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2004).



Figura 04 - Protesto do movimento ambientalista no Parque do Cocó, 2013. (Fonte: Pesquisa direta, Gleison Maia Lopes, 2013).

⁶ Diversos atores formaram esse movimento, desde movimentos ambientais historicamente inseridos na luta ambiental, tais como SOS COCÓ até participantes de partidos políticos, de grupos anarquistas e indivíduos ligados à temática da preservação do meio ambiente.

Contra essa paisagem fortalezense feita de concreto, asfalto e ferro insurgem os movimentos sociais contrários aos setores econômicos impulsionadores desse tipo de construção da cidade, subordinada ao modelo altamente concentrador de riquezas (OLIVEIRA, 2010) e impactante na saúde do homem e no espaço. Movimentos sociais nascidos na sociedade civil, descontentes com a falta de participação nas decisões gestoras da cidade produzem o que aqui é entendido como *contra-poder*, uma forma de ação social alternativa às opções dadas pelas estruturas burocrática e institucional consolidadas (GUATARI, 1985).

Entende-se a ação desses movimentos unificados em torno da questão ambiental, como ação de um sujeito social, agora visível, com identidade coletiva (SANTOS, 2010) materializada a partir da questão da defesa ambiental (Figura 05), mas composto por grupos e sujeitos oriundos de diversos campos (Bourdieu, 2009) existentes na cidade.

Esse Cartaz traz uma mensagem construtora de identidade ancorada na percepção do outro, como base da construção da própria identidade (SIMMEL, 1983). Os diversos movimentos sociais, congregados em torno da defesa do Cocó, se opõem ao governo, consolidando a ideia de união entre grupos ativos defensores da natureza.



Figura 05 - Cartaz dos movimentos sociais e ambientalistas - Fortaleza, 2013. (Fonte: Pesquisa direta, Gleison Maia Lopes, 2013).

Entre os efeitos ampliados das ações dos movimentos ambientalistas estão os discursos que associam os empreendimentos públicos e privados com o meio ambiente sustentável, reconhecendo a relação de dependência entre a preservação dos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida.

Obras como a Ponte Estaiada e a construção do Viaduto na avenida Santana Júnior se inserem num discurso de progresso urbano da cidade. Entretanto, como menciona Bakhtin (2006), todo discurso tem uma intencionalidade política, uma função ideológica, e serve, no caso, para legitimar a dominação estatal. Desse modo, entendemos esses discursos de preservação do Parque do Cocó contraditórios com as práticas governamentais, podendo ou não encontrar ressonância nos setores sociais, mas tais acordos e desacordos se fazem sempre com tensões e conflitos.

Podemos entender esses movimentos ambientalistas como um *contra poder* (GUATARI, 1985), produzido pelas forças sociais de contestação ao discurso capitalista de produção da cidade. Seria uma pressão social contrária ao pensamento preservacionista associado à expansão do sistema capitalista especulativo e mercadológico (MARX, 1996).

Desse modo, o que se tem é a questão ambiental sendo assimilada pelas condições econômicas existentes e pelo consumo “ecologicamente correto” (produto de uma percepção social transmutada em forma de legitimação de uma forma de desenvolvimento contraditoriamente *defensora e algoz* do meio natural).

Uma declaração do prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, deixa clara a necessidade de o Estado enfrentar as forças questionadoras das políticas públicas pseudoecológicas e de afirmar o crescimento econômico como um bem geral inquestionável: *“Foram contra o Castanhão, o aeroporto (Pinto Martins), a Copa do Mundo, o Centro de Eventos e qualquer tipo de investimento. Essa é a função deles: atrapalhar o crescimento da cidade e as oportunidades para as pessoas mais simples”* (JORNAL O POVO, 18/07/2013).

Essa imagem dos manifestantes como àqueles contrários ao progresso foi recorrente no meio jornalístico e governamental, deixando clara a tentativa em definir esses manifestantes como transgressores da ordem, empecilhos do desenvolvimento “geral” da cidade e de seus habitantes.

Desse modo, percebemos o Parque como reflexo de relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas dentro do espaço da cidade. Espaço de alteridade e busca por legitimação, local construído para usos específicos, mas de apropriação variada e de resistências sociais cotidianas. Um local de disputas sociais e confrontos de legitimação acerca da definição legítima (BOURDIEU, 2009) dos rumos e formas de crescimento/desenvolvimento daquele local.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notamos uma correlação de forças entre Estado e iniciativa privada, favorecendo empreendimentos transformados em mercadorias verdes, esquentando o mercado imobiliário na porção leste da cidade onde está localizado o Parque do Cocó.

Vemos danos socioambientais decorrentes desses empreendimentos governamentais, contestados por segmentos sociais organizados da sociedade, que se rebelam e articulam ações de modo a criar um espaço de conflito e tensão dentro do Parque Ecológico do Cocó.

A questão ambiental passou a ocupar papel importante nos discursos, nos protestos e nas propagandas imobiliárias na cidade de Fortaleza. Essa incorporação do verde como produto/mercadoria com valor de troca passa a inserir a questão ambiental dentro da mesma lógica mercadológica do sistema capitalista provocador da degradação da natureza.

Os movimentos ambientalistas que recentemente centralizam suas ações em protestos contra intervenções governamentais e privadas no Parque do Cocó e em seu entorno exercem a efetiva participação da população nas discussões sobre o meio ambiente local. Esses movimentos têm sua prática baseada no novo paradigma ambiental, que concebe o homem como produto das relações sociedade/natureza, que se enxergam como sujeitos da história da preservação do verde em Fortaleza, que têm a capacidade de reconhecer a natureza como necessária para a manutenção da vida, portanto, se incluem no leque de movimentos sociais que lutam pelo direito à cidade em sua plenitude.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, A. M. M., CARLEIAL, A. N. Oportunidade e miséria nos bairros de Fortaleza. **Scripta nova**. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, num, 146(030). Disponível em: Htm> [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 28 set. 2008.

BAKHTIN, M., VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____, CHAMBOREDON, J. C., PASSERON, J. C. **Ofício de Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARLOS, A. F. Alessandro. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. Ecologia profunda: Um novo Paradigma. In **A teia da vida**: Uma nova compreensão dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

COSTA, M. C. L. **Planejamento e expansão urbana**. In: _____. Cidade 2000: Expansão Urbana e Segregação Espacial em Fortaleza. 1988. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana/Universidade de São Paulo (USP). São Paulo (mimeo).

DANTAS, E. W. C. **De cidade à metrópole**: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: UFC, 2009.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GRANGEIRO, C. M. M. **Meio ambiente litorâneo e urbanização**: o ambiente produzido na costa leste da cidade de Fortaleza – Ceará. 2012. 238 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Curso de Doutorado em Geografia, Fortaleza, 2012.

GUATARI, F. Espaço e poder: A criação de territórios na cidade. In: **Espaço e debates**, n. 15, São Paulo: Neru.1985.

HENRIQUE, W. **O direito a natureza na cidade**. 1. ed. Salvador: Edufba, 2009

JORNAL O POVO. Seção política. Fortaleza, 18/07/2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2013/07/18/noticiasjornalpolitica,3094303/rc-diz-que-recorrera-de-decisao-sobre-coco-e-ataca-criticos-de-viaduto.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, A. **Preço médio do imóvel chega a R\$ 916 mil na Capital**. Jornal Diário do Nordeste, Fortaleza. 18 de Out. de 2013.

FUCK JUNIOR, S. C. **As condições desiguais de acesso à moradia em Fortaleza, Brasil**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(086). Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(086\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(086).htm)> [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 28 set. 2008.

MEYER, R. M. P. Segregação espacial: Brasília. In: BLAY, E. A. (Org.). **A luta pelo espaço: Textos de sociologia urbana**. Petrópolis: Vozes. 1978.

MONTEIRO JUNIOR, F. H. **Fortaleza na ponta do anzol**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2008.

NOTTINGHAM, P. C. **Tempos verdes em Fortaleza: experiência do movimento ambientalista (1976-1992)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2006.

OLIVEIRA, L. C. de. **Mudanças de paradigmas: O velho e o novo desenvolvimento**. Revista Diálogo e Interação. Vol. 4. Paraná, 2010.

PONTES, B. **O poder das empreiteiras por trás das grandes obras no Ceará**. Jornal o Povo, Fortaleza. 23 de Nov. de 2014.

PONTE, S. R. **Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. 3. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001

POSSAMAI, F. V. **O Homem e o paradigma ambiental**. IV Mostra de pesquisa da pós-graduação PUCRS. Rio Grande do Sul, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. – **Fortaleza em números (Versão Interna)**. Fortaleza, 2009.

ROLNIK, R. **Democracia no fio da navalha**. Revista Eure, Vol. XXXV, Nº 104, abril 2009.

SANTOS, E. de O. **Articulações entre Estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo sudeste de valorização imobiliária em Fortaleza-CE**. Revista. GEOMAE. Campo Mourão, PR. V2n2. 2011. p.13-40.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada: O caso de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, R. B. dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Unesp, 2008.

SEINFRA. Seinfra apresenta projetos da Ponte Estaiada e Mirante de Fortaleza. Disponível em: <http://www.seinfra.ce.gov.br/index.php/noticias/23-obras/1265-audiencia-ponte-estaiada>. Acesso em: 30 jul. 2013.

SIMMEL, G. **Sociologia**. FILHO, E.M (Org) São Paulo: Ática, 1983. (Coleção grandes cientistas sociais).

SOUZA, M. J. N. **Diagnóstico geoambiental do município de Fortaleza: Subsídios ao macrozoneamento ambiental e à revisão do Plano Diretor Participativo – PDPFor**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009.

TILLY, Charles. **Movimentos Sociais como política.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010.

VILLAÇA, F. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira.** Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR, 1997, p. 1375-1385. Local: editora

WALDMAM, M. **Meio Ambiente & Antropologia.** São Paulo: SENAC, Série Meio Ambiente, 2006.

WEBER, M. **Sobre a Teoria das Ciências Sociais.** São Paulo: Moraes, 1991.